

COOPERAÇÃO FRONTEIRIÇA E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MERCOSUL: UM ESBOÇO COM DESTAQUE PARA SANTA CATARINA (BRASIL)

Hoyêdo Nunes Lins – UFSC (E-mail: hnlins@cse.ufsc.br)

Resumo

Aos vinte anos do Tratado de Assunção, seu documento fundador, o Mercosul exhibe uma trajetória sinuosa e crivada de desigualdades entre países e na escala de localidades ou regiões subnacionais. Mas, como costuma ocorrer nos processos de integração, o Mercosul favorece e estimula iniciativas de cooperação transfronteiriça de natureza institucional, o que ajuda a enfrentar problemas e a criar e aproveitar oportunidades coletivamente, podendo resultar em promoção do desenvolvimento. O artigo explora esse assunto destacando a participação de Santa Catarina num Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF) que abrange, no Brasil, Dionísio Cerqueira, no extremo oeste catarinense, e Barracão e Bom Jesus do Sul, no sudoeste paranaense, e, na Argentina, Bernardo de Irigoyen, na província de Misiones. O artigo aborda, após introdução que refere ao percurso do Mercosul, o caráter desigual dessa integração, as oportunidades de cooperação geradas e, na maior seção do texto, a experiência de cooperação relativa ao CIF, ressaltando o envolvimento de Santa Catarina.

Palavras-chave: Mercosul; Cooperação local; Consórcio Intermunicipal da Fronteira

1. Introdução

Integração e cooperação, processos marcantes nas relações econômicas e políticas internacionais, não são termos sinônimos, pois a primeira requer a formalidade dos acordos ou tratados e a segunda prescinde de tais arcabouços, podendo resultar de convergências mais ou menos espontâneas de interesses. Mas ambas tendem à articulação e ao paralelismo, já que a integração costuma favorecer a cooperação, nada impedindo que, ao mesmo tempo, esta contribua para a construção daquela. O processo de integração do Mercosul não deixou de ser precedido e acompanhado por iniciativas de cooperação entre os países membros. Uma eloquente ilustração diz respeito à cooperação entre Argentina e Brasil em matéria nuclear. Ações correspondentes já tinham sido registradas antes da escalada que resultou no Mercosul, no bojo da

redemocratização em ambos os lados da fronteira, um fator importante na redução das arestas ligadas à rivalidade histórica entre ambos. Mas o Mercosul impulsionou essa cooperação, que ganhou a companhia de outras ações semelhantes na abrangência e no significado.

Este artigo ocupa-se de cooperação no Mercosul. Seu foco de interesse é, todavia, restrito: refere-se primordialmente à cooperação transfronteiriça envolvendo esferas subnacionais de ação política, econômica e social. Estribado em pesquisa bibliográfica e documental, realizada em fontes inclusive institucionais, o estudo tem como objeto o Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF), uma iniciativa que abrange, no lado brasileiro, Dionísio Cerqueira no extremo oeste de Santa Catarina e Barracão e Bom Jesus do Sul no sudoeste do Paraná, e, no lado argentino, Bernardo de Irigoyen, na província de Misiones.

Cabe assinalar que, no curso dos seus vinte anos, a trajetória do Mercosul não foi “linear”, exibindo, ao contrário, sucessão de entusiasmo e pessimismo. O comportamento do comércio intrarregional influenciou esse movimento. Seu dinamismo foi flagrante na década de 1990, suscitando grandes expectativas: naqueles anos, o total do valor exportado para o próprio Mercosul passou de cerca de US\$ 5 bilhões em 1991 para nível em torno de US\$ 20 bilhões em 1997. Essa intensidade também transparece na participação dessas vendas nas exportações agregadas mundiais do Mercosul: a proporção cresceu de pouco mais de 10% para nível superior a $\frac{1}{4}$.

Nesse intercâmbio teve destaque o comércio intraindustrial, com realce para produtos como máquinas, material de transporte e químicos, e para a participação das empresas multinacionais, que colocaram em prática estratégias de complementação produtiva que aprofundaram a interdependência estrutural.

Também quanto ao investimento estrangeiro direto (IED) a década de 1990 representou conjuntura apta a gerar entusiasmo sobre a integração. O crescimento mostrou-se forte após a entrada em vigor do Mercosul, passando de US\$ 10,4 bilhões para quase US\$ 53 bilhões entre 1995 e 1999, com o setor automotivo em incontestável destaque. Note-se que o Mercosul sobressaiu fortemente como destino de IED em escala de América Latina e Caribe. De menos de 1/3 em 1995, seus membros alcançaram agregadamente em 1999 a marca de quase 60% desses investimentos no subcontinente.

Entretanto, esse quadro promissor sofreu forte alteração a partir do final da década de 1990. A maxidesvalorização da moeda brasileira em fevereiro de 1999, em resposta às

adversidades macroeconômicas do período, suprimiu a âncora cambial introduzida pelo Plano Real para debelar a inflação no Brasil e afetou as trocas internas ao Mercosul.

Na passagem para os anos 2000, a região como um todo acusou uma conjuntura difícil, mas as consequências foram duras especialmente na Argentina, cujas exportações para o Brasil resultaram bastante atingidas. Isso certamente agravou as dificuldades ligadas ao processos que levaram ao fim do Plano de Conversibilidade (ou Plano Cavallo), criado em 1991 no país vizinho.

Naquele ambiente, a incerteza e a desconfiança se enraizaram ou se intensificaram nas relações regionais (Giambiagi e Markwald, 2002). A prática de elevar unilateralmente as tarifas ganhou fôlego e terminou por se disseminar, autorizando Kume e Piani (2005: 385) a considerar que “a união aduaneira imperfeita passou a funcionar [tão somente] como uma zona de livre-comércio”.

Incerteza, desconfiança e comportamentos defensivos representaram a inoculação de um grande pessimismo sobre a integração, a palavra retrocesso não parecendo excessiva para referir ao comportamento do comércio intrarregional, como também percebeu Gonçalves (2009). Ocorreu forte redução no volume das exportações dos países do bloco dirigidas ao próprio Mercosul, e uma queda ainda mais acentuada na participação dessas vendas nas suas exportações totais. Os valores exportados intrarregionalmente cresceram a partir de 2002, mas isso não significou recuperação da importância que esse mercado tinha nos anos 1990, já que a percentagem das vendas internas em relação àquelas para o mundo expandiu-se apenas ligeiramente. Quase o mesmo pode ser dito sobre o IED. Após o drástico encolhimento dos valores para o Mercosul entre o final dos anos 1990 e meados dos 2000, o IED para o Mercosul voltou a crescer a partir de 2003, mas a representatividade permaneceu baixa, a proporção sobre os totais para o subcontinente avançando só modestamente.

2. Desigualdades na integração

O que se falou sobre a trajetória do Mercosul restringe-se ao plano agregado. Todavia, a região está longe da homogeneidade, inclusive quanto ao comércio intrarregional e ao IED. De fato, uma marcada diferenciação entre os países é a regra.

Sobre o comércio intrarregional, pelo menos dois ângulos podem ser considerados. Um é que sua importância é muito menor para o Brasil, em representatividade no valor total exportado, do que para os demais países, especialmente o Paraguai e o Uruguai. Foi assim nos anos 1990 e também nos anos 2000, quando esse intercâmbio acusou recuo:

nas duas décadas, a exportação para o Mercosul como proporção das exportações totais variou entre 14,8% e 36,3% na Argentina, entre 4,2% e 17,4% no Brasil, entre 35,2% e 63,5% no Paraguai e entre 22,9% e 55,3% no Uruguai (CEPAL, 2000a, 2010a).

O outro ângulo refere-se às diferenças entre os produtos exportados e importados pelo Brasil dentro do Mercosul em termos de valor agregado e intensidade tecnológica, sobretudo no tocante ao Paraguai e ao Uruguai. Dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=2081), mostram que em 2009, por exemplo, tiveram maior presença nas exportações brasileiras produtos oriundos de indústrias de média e alta tecnologia, como as dos grupos VI, XVI e XVII da Nomenclatura Comum do Mercosul, pela ordem, “Produtos das indústrias químicas ou conexas”, “Máquinas e aparelhos; material elétrico e suas partes” e “Material de transporte”. Nas importações, excetuando a elevada presença de veículos automotores e suas peças e componentes com origem na Argentina –vinculada às estratégias de complementaridade produtiva e de articulação comercial praticadas pelas grandes empresas envolvidas –, prevaleceram itens dos grupos I e II, respectivamente “Animais vivos e produtos do reino animal” e “Produtos do reino vegetal”.

Também os resultados do IED são ilustrativos da diferenciação entre os países. Desde o início da integração, o Brasil atraiu a (de longe) maior fatia desse investimento enviado ao Cone Sul. Nos anos 1990, período em que Mercosul chegou a canalizar (em 1999) quase 60% de todo o IED dirigido ao conjunto de América Latina e Caribe, o Brasil superou por duas vezes a marca de 40% do total no subcontinente (CEPAL, 2000b, 2010b). Nos anos 2000, embora a representatividade subcontinental do Mercosul tenha regredido nessa matéria, os números absolutos foram elevados na segunda metade, com o Brasil se distanciando na atração dos maiores valores. É sugestivo que em 2001 esse país tenha atingido a marca de 90% do IED realizado no Mercosul.

A indústria automotiva, setor de grande destaque nesse fluxo, oferece uma boa ilustração sobre essa desigual atratividade dos países membros. O episódio de referência é a já aludida maxidesvalorização da moeda brasileira no início de 1999:

“O processo de investimento estrangeiro teve um salto extraordinário [no Brasil] a partir da desvalorização do real em 1999. As possibilidades que ofereciam um aumento na escala, somadas à contração do mercado argentino por causa da crise, produziram uma nova onda de instalações de fábricas e montadoras, aprofundando as diferenças entre ambos os países (...). Esta situação contribuiu para acirrar as assimetrias existentes neste setor entre a Argentina o Brasil.” (Bekerman e Montagu, 2009: 145)

Essas desigualdades quanto às trocas intrarregionais ou à atração de IED dizem respeito à própria dinâmica da integração, mas refletem trajetórias históricas da economia e especialmente da indústria nos países do Cone Sul. Quer dizer, as disparidades espelham a base sobre a qual se desenrola e na qual se insere o processo de integração. Pode-se dizer que os efeitos desta reproduzem as desigualdades estruturais e talvez as amplificam.

Não é supérfluo assinalar que o território em questão se apresenta crivado de desequilíbrios socioeconômicos também em escala subnacional. Isso remete ao tema do desenvolvimento na sua dimensão espacial, evocado, vale referir, no título deste artigo: “Cooperação fronteiriça e desenvolvimento local no Mercosul”.

Estudo elaborado no âmbito do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), do Brasil, informa sobre esse problema. Os territórios (regiões, estados, províncias, departamentos) historicamente mais dinâmicos, portanto mais ricos, são os mais implicados pela integração em termos de envolvimento comercial ou de atração de IED. A tabela 1 oferece uma idéia sobre isso, apresentando o PIB *per capita* e o IDH dos estados brasileiros e províncias argentinas e de Paraguai e Uruguai por inteiro, para o ano de 2004. O PIB *per capita* oscila entre US\$ 856 para o Estado do Maranhão e US\$ 12.950 para a Cidade de Buenos Aires, uma diferença superior a quinze vezes. O maior valor no Brasil (US\$ 5.944), que diz respeito ao Distrito Federal, mostra-se inferior à metade do indicador para a capital argentina. O IDH varia de 0,636, para o Maranhão, a 0,844, para o Distrito Federal, o segundo seguido de perto pelo valor para o Uruguai como um todo e pelo da Cidade de Buenos Aires. Seja no PIB *per capita* ou no IDH, as situações mais dramáticas referem-se a estados da Região Nordeste do Brasil e a províncias do norte da Argentina.

Essa configuração influencia o processo de integração, quanto ao perfil e à incidência dos reflexos, e é por este afetada de algum modo. No Brasil, por exemplo, o “centro de gravidade” do Mercosul diz respeito ao Centro Sul do país, onde há condições comparativamente melhores em infraestrutura e em capacidade produtiva e, também, maior diversidade e sofisticação do aparato produtivo instalado. Os investimentos ligados à reestruturação produtiva que as mudanças econômicas e regulatórias impuseram ao país nos anos 1990 privilegiaram o Centro Sul e intensificaram vantagens históricas dessa porção do território nacional (Azzoni e Ferreira, 1997).

Tabela 1 – Mercosul: PIB *per capita* e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) por recortes territoriais – 2004

PIB <i>per capita</i> (US\$ mil)				IDH			
País, estado ou província	PIB <i>per cap.</i>	País, estado ou província	PIB <i>per cap.</i>	País, estado ou província	IDH	País, estado ou província	IDH
Maranhão, BR	0,86	Catamarca, AR	2,56	Maranhão, BR	0,636	Tucumán, AR	0,769
Piauí, BR	0,90	Minas Ger, BR	2,73	Alagoas, BR	0,649	Mato Gros, BR	0,773
Paraguai	1,14	Mato G. Sul, BR	2,79	Piauí, BR	0,656	Minas Ger, BR	0,773
Tocantins, BR	1,18	Entre Rios, AR	2,86	Paraíba, BR	0,661	Entre Rios, AR	0,775
Alagoas, BR	1,21	Mato Gros, BR	3,17	Sergipe, BR	0,682	San Juan, AR	0,775
Paraíba, BR	1,30	Espírito Sto, BR	3,21	Bahia, BR	0,688	Goiás, BR	0,776
Ceará, BR	1,30	Paraná, BR	3,34	Acre, BR	0,697	La Rioja, AR	0,777
Roraima, BR	1,52	Mendoza, R	3,42	Ceará, BR	0,700	Mato G. Sul, BR	0,778
Pará, BR	1,55	B. Aires, AR	3,49	Pernamb, BR	0,705	Santa Fé, AR	0,785
Acre, BR	1,60	Amazonas, BR	3,56	Rio G. Norte, BR	0,705	B. Aires, AR	0,785
Formosa, AR	1,60	Santa Fé, AR	3,67	Tocantins, BR	0,710	Paraná, AR	0,787
S. Estero, AR	1,64	Córdoba, AR	3,79	Amazonas, BR	0,713	Córdoba, AR	0,789
R.G. Norte, BR	1,67	S. Catarina, BR	3,79	Pará, BR	0,723	Mendoza, AR	0,790
Corrientes, AR	1,77	Uruguai, todo	3,85	Rondônia, BR	0,735	La Pampa, AR	0,793
Pernamb, BR	1,79	Río Negro, AR	3,85	Jujuy, AR	0,741	Rio Negro, AR	0,794
Chaco, AR	1,88	La Pampa, AR	4,14	Roraima, BR	0,746	Neuquén, AR	0,801
Salta, AR	1,94	Rio G. Sul, BR	4,15	Formosa, BR	0,747	Rio de Jan., BR	0,807
Rondônia, BR	1,94	São Paulo, BR	4,28	Amapá, BR	0,753	Rio G. Sul, BR	0,814
Bahia, BR	1,98	San Luis, AR	4,52	Misiones, AR	0,753	Chubut, AR	0,816
Misiones, AR	2,05	Rio de Jan, BR	4,56	Paraguai, todo	0,755	Santa Cruz, AR	0,819
Sergipe, BR	2,11	Chubut, AR	4,69	Chaco, AR	0,755	São Paulo, BR	0,820
Amapá, BR	2,12	Neuquén, AR	5,79	S. Estero, AR	0,757	S. Catarina, BR	0,822
Tucumán, AR	2,13	Distr. Fed., BR	5,94	Corrientes, AR	0,758	Tier. Fuego, AR	0,823
Jujuy, AR	2,22	Santa Cruz, AR	6,71	Espírito Sto, BR	0,765	Ci. B. Aires, AR	0,836
San Juan, AR	2,26	Tier. Fuego, AR	9,18	Salta, AR	0,765	Uruguai, todo	0,840
Goiás, BR	2,34	Ci. B. Aires, AR	12,95	Catamarca, AR	0,767	Distr. Fed., BR	0,844
La Rioja, AR	2,54			San Luís, AR	0,768		

Fonte: Souza, Oliveira e Gonçalves, 2010, tab. 7 e 8

Não admira, assim, que o envolvimento brasileiro no comércio intrarregional, e de resto no comércio com o resto do mundo, implique sobretudo o Centro Sul, como indicam estudos como o de Porto (2000). O mesmo vale para o IED, como ilustrado pela reconfiguração geográfica da indústria automotiva nas últimas décadas, mesmo que algumas decisões de localização tenham implicado áreas muito distantes do berço das respectivas atividades no país, sendo o caso da Ford na Bahia o melhor exemplo. Uma faixa mais ou menos litorânea, entre o Sudeste e o Sul, magnetizou a maior parte dos novos investimentos dessa indústria no país (Arbix, 2002). Ora, esses movimentos ajudam a fortalecer a centralidade econômica desse segmento do território brasileiro.

3. Integração e oportunidades para ações cooperativas em nível territorial

Desigualdades socioespaciais de desenvolvimento tendem a rimar com tensões políticas, com os riscos e ameaças inerentes, o que lhes confere grande importância. Nas experiências de integração regional, considerar tais desigualdades é providência

especialmente estratégica, pois, no dizer de Jaguaribe (2000: 41), as “integrações só funcionam se forem boas para todo mundo, não necessariamente igualmente boas para todo mundo, mas é necessário que seja para todos”.

Já se destacou que o Mercosul registra profundas assimetrias, com diferentes sentidos e abrangências. Cabe agora assinalar que, mesmo nas entranhas do Centro Sul brasileiro, e também nas áreas de Argentina, Paraguai e Uruguai pertencentes ao grande *core* do processo de integração, existem disparidades socioeconômicas que representam grandes diferenças de desenvolvimento na escala local ou territorial. O significado disso não passou despercebido, provocando inquietações já no início do processo de integração. Com efeito, poucos anos após a assinatura do Tratado de Assunção, Laurelli e Montaña (1994: 142) escreviam: “[o] Mercosul avança com uma dinâmica própria alheia aos atores cotidianos, e, assim, o processo de integração está se estruturando por fora do debate dos distintos âmbitos das sociedades nacionais”. Alertou-se para o grande risco de distintos espaços ficarem excluídos, “seja por motivos geográficos ou em razão do perfil de suas economias; nesse caso, uma integração sem salvaguardas provocaria um efeito de polarização, acentuando as disparidades regionais já existentes” (p. 147). O resultado seria, quase fatalmente, um aprofundamento da “iniquidade do atual modelo de distribuição, incrementando a fragmentação e a heterogeneidade social” (p. 147). O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), criado em 2004 (Decisão CMC nº 45/04) e implementado em 2005 (Decisão CMC nº 18/05 e Decisão CMC nº 24/05), sinaliza o reconhecimento de que esse tipo de problema é importante e merece tratamento prioritário. Seu objetivo é financiar “programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas; apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração” (art. 1 do CMC nº 18/05 e nº 24/05). Como áreas chaves figuram a infraestrutura física, a estrutura produtiva, os índices sociais dos Estados partes e o fortalecimento institucional do bloco, todas estratégicas, sendo a primeira de uma relevância particular porque uma boa infraestrutura é condição necessária (embora insuficiente) para “ativar o desenvolvimento nas regiões menos privilegiadas” (Moreira, 2008: 136). Aberto a quaisquer entidades públicas dos países do bloco, o FOCEM tem programas de convergência estrutural (envolvendo infraestruturas) e de desenvolvimento da competitividade (voltado a setores e empresas) e coesão social, contemplando saúde, educação, capacitação profissional e combate à pobreza. Na composição dos recursos, o

Brasil participa com 70%, a Argentina com 27%, o Uruguai com 2% e o Paraguai com 1%. Essa ordem se inverte para o acesso aos recursos: cabem 10% para Brasil e Argentina, individualmente, 32% para o Uruguai e 48% para o Paraguai. Vários projetos têm sido executados. A página eletrônica oficial do Mercosul informa sobre os aprovados desde o início de funcionamento do FOCEM (www.mercosur.int) e a página do próprio fundo (www.mercosur.int/focem) indica as áreas de aplicação.

O FOCEM, acompanhado de outros instrumentos de perfil semelhante –Fundo Mercosul de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas, criado em 2008; Fundo de Agricultura Familiar do Mercosul, também de 2008; e até o Instituto Social do Mercosul (ISM), fruto da Decisão do CMC nº 03/07 –, é iniciativa de alcance macrorregional, por assim dizer “comunitária”, plenamente incrustada na estrutura institucional do Mercosul. Representa reação à existência de desigualdades socioespaciais e, num certo sentido, uma possível medida compensatória ao tipo de problema que Laurelli e Montaña (1994) vislumbraram: uma integração sem salvaguardas representaria grande risco de aprofundamento dos efeitos de polarização e das disparidades territoriais, agravando a heterogeneidade e a fragmentação. Mas processos de integração costumam promover iniciativas de cooperação em escala territorial, conforme assinalado anteriormente. Esses processos tendem a interpelar a capacidade dos agentes locais na concepção e urdidura de vínculos para, sob o signo da convergência de interesses e da ação coletiva, enfrentar problemas e melhorar as condições de participação na própria dinâmica da integração. Assinale-se que isso está em sintonia com a tendência, evidenciada nas últimas décadas, de crescente proeminência da dimensão local como esfera de reflexão sobre o desenvolvimento e, sobretudo, de promoção deste (Vasquez Barquero, 2002).

A descentralização de distintas funções do Estado, observada em numerosas experiências desde os anos 1980 (cf., entre muitos outros, Boisier, 2004), é um dos fatores que subjazem à importância adquirida pela escala local para o planejamento e a promoção do desenvolvimento. Na Argentina, por exemplo, a transferência de funções públicas para âmbitos políticos e administrativos subnacionais ganhou grande vigor a partir da década de 1990 (Madoery, 2011). No Brasil, a Constituição Federal de 1988 representou um “impulso legislativo” à descentralização. Claro que ressaltar esse movimento não significa postular que outras escalas de ação perderam importância. Ao contrário, como frisado por Ramírez, Silva e Cuervo (2007), é nada menos que

essencial, no apoio ao desenvolvimento, a articulação de ações realizadas em diferentes níveis, do local ao nacional.

Ilustração de procedimento cooperativo envolvendo agentes locais no Mercosul refere-se a uma experiência recente de Rosario, maior cidade da província argentina de Santa Fe. Trata-se de iniciativa no âmbito da rede Mercocidades, criada em 1995 por governantes das maiores cidades do Cone Sul visando o intercâmbio e a cooperação, com criação e exploração de espaços de participação na arquitetura institucional da integração; essa rede tem estrutura própria, com vários níveis de responsabilidade e ação, e realiza diferentes tipos de atividades (cf. www.mercociudades.org/pt-br).

A aludida experiência tomou a forma, a partir de proposta dirigida por agentes locais ao governo de Rosario, de um acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE/PR) que resultou na *Acta Acuerdo de Fundamentos para la Elaboración de Proyectos Conjuntos*, de maio de 2009, conforme descrito por Geneyro et al. (2010). A iniciativa envolve cooperação técnica voltada à melhoria do ambiente empreendedor para empresas de menor porte, com apoio técnico recíproco para ambos os territórios. Pelo acordo, a *Agencia de Desarrollo Región Rosario* se beneficiaria das atividades do Centro de Desenvolvimento de Tecnologias para Integração Transfronteiriça de Micro e Pequenas Empresas do Mercosul e América Latina (SEBRAE/CDT-AL), um projeto do SEBRAE Nacional cuja operacionalização pertence ao SEBRAE/PR e se encontra instalado no Parque Tecnológico Itaipu, em Foz do Iguaçu (cf. www.sebraecd-al.com.br).¹

Uma especificidade dos processos de integração, no que concerne à problemática do apoio e estímulo ao desenvolvimento, mirando a redução das desigualdades, é a possibilidade de incorporar relações transfronteiriças. O marco geral dessa incorporação há de ser a cooperação, prática que ganhou contornos de palavra de ordem nas liturgias de planejamento e de promoção do desenvolvimento em diferentes escalas territoriais: “[a]s novas formas de governança mirando a competitividade local e regional, como a maioria das próprias estratégias de desenvolvimento, são cada vez mais orientadas para a cooperação” (OECD, 2005: 12) tanto entre níveis de governo (ligações verticais) quanto entre ministérios e – para o que interessa neste artigo – entre regiões, estados, províncias, departamentos ou municípios (vínculos de tipo horizontal).

¹ Vários artigos sobre experiências locais no âmbito do Mercosul podem ser obtidos em Políticas... (2007).

No Cone Sul, a integração deve ser elemento de facilitação da cooperação transfronteiriça, em consonância com o propósito de criar espaços de intercâmbio, aproveitar as complementaridades, somar os esforços e desenvolver projetos de integração produtiva. Isso requer o envolvimento de múltiplos atores, com práticas democráticas e participativas que permitam aos vários segmentos das sociedades territoriais fazer-se ouvir e contribuir para solucionar problemas por eles vivenciados. No Mercosul, a faixa fronteira merece grande atenção porque, entre outros aspectos, é elevado o número de cidades gêmeas. Na fronteira entre somente Brasil e Paraguai, há Porto Murtinho/Puerto Palma Chica, Bela Vista/Bella Vista, Ponta Porã/Pedro Juan Caballero, Coronel Sapucaia/Capitan Bado, Paranhos/Ype-Jhú e Guaíra/Mundo Novo/Salto del Guayra. Na fronteira tríplice entre Brasil, Paraguai e Argentina, encontra-se Foz do Iguaçu/Ciudad del Leste/Puerto Iguaçu. Na fronteira entre somente Brasil e Argentina contam-se Barracão/Dionísio Cerqueira/Bernardo Irigoyen, Porto Xavier/San Javier, São Borja/Santo Tomé, Itaqui/Alvear e Uruguaiana/Paso de los Libres. Na outra fronteira tríplice, entre Brasil, Argentina e Uruguai, observa-se Barra do Quaraí/Bella Union/Montes Caseros. E na fronteira entre somente Brasil e Uruguai o registro é para Quaraí/Artigas, Livramento/Rivera, Jaguarão/Rio Branco e Chui/Chuy. Cabe falar, portanto, em algo como “socioeconomia da fronteira” no Mercosul. O traço mais forte é o constante fluxo de pessoas, mercadorias e serviços que atravessam as membranas representadas pelas estruturas de controle, com seus postos alfandegários e outros equipamentos que restringem a mobilidade. A geografia das relações mediadas por esse aparato é variável, o que remete aos vínculos entre áreas urbanas transfronteiriças e seus espaços regionais. Indagações sobre a ocorrência ou não de enclaves, quer dizer, sobre o grau de interação entre as primeiras e os segundos, mostram-se, desde logo, pertinentes. A presença de enclaves torna necessário promover a integração das áreas urbanas transfronteiriças com as regiões do entorno. Um objetivo central nesse processo concerne à distribuição de oportunidades de desenvolvimento econômico, por meio da alavancagem de economias de aglomeração que favoreçam a dinamização do espaço regional transfronteiriço como um todo.

A situação do Cone Sul justifica iniciativas voltadas a tal interpenetração social e econômica entre ambiente urbano e *hinterland*. De fato,

“[m]uitos estudos discutem que as áreas fronteiriças podem funcionar como espaços de criação de possibilidades de desenvolvimento, áreas de transição, contato, articulação, com especial vivacidade e dinamismo próprio. As cidades contíguas que se estendem entre países e exercem, muitas vezes, atividades econômicas similares e funções urbanas complementares poderiam dar

origem a estruturas bi/trinacionais com articulação produtiva e transformação territorial (...). Entretanto, contrapondo-se ao espaço único de ocupação, prevalecem ainda [na região] tensões históricas fronteiriças e, mais que tudo, assimetria entre as partes, levando a quadros de expressiva desigualdade, que potencializam os mais diversos tipos de conflitos.” (Infraestrutura..., 2010, p. 700)

.....
 “[Mostra-se necessário, portanto,] desconstruir a noção de um mosaico de pedaços de países independentes que se avizinham, e formular e efetivar políticas integradoras.” (ibid.)

Considerando-se o “diagnóstico” da citação acima, talvez a iniciativa denominada Plano de Integração Fronteiriço “Cidade Gaúcha” possa dar resultados positivos na correspondente região, em trecho de fronteira entre Argentina e Brasil no extremo sul do segundo. Trata-se, segundo informado por Geneyro et al. (2010), de iniciativa conjunta de lideranças e agências de desenvolvimento das cidades gêmeas de Paso de los Libres, pertencente à província argentina de Corrientes, e da brasileira Uruguaiana. O objetivo é apoiar e estimular o desenvolvimento socioeconômico dessa região transfronteiriça, com ênfase no que se designa como promoção da cidadania em áreas de fronteira. Isso implica conscientizar os habitantes sobre a importância da integração social e difundir e enraizar o sentimento de que, como atores numa socioeconomia fronteiriça argentino-brasileira, são partícipes de um mesmo projeto de inserção na dinâmica internacional.

4. Cooperação local no Mercosul: o envolvimento de Santa Catarina

Em Santa Catarina, como nos vizinhos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, o Mercosul logo ganhou contornos de assunto importante. Isso tem a ver com a localização geográfica do estado catarinense e com o seu perfil econômico. Fazer parte da Região Sul do Brasil representava, como se confirmou, forte possibilidade de figurar com destaque no processo de integração. A proximidade geográfica com os outros países do bloco, outorgando presença no epicentro dessa dinâmica, é determinante da participação catarinense, que transcende o envolvimento por meio de trocas comerciais e alcança o que se pode caracterizar como integração “social” e/ou “cultural”, impulsionada pela maior mobilidade de cidadãos do Cone Sul.

De outra parte, fazia pensar em reflexos incontornáveis a própria estrutura produtiva de Santa Catarina, na qual sobressai um tecido industrial robusto e diversificado, presente em distintas regiões do estado, e também um setor agrícola fortemente ligado à agroindústria. Na base das considerações estariam os efeitos da intensificação do comércio interno ao Cone Sul, impositivos de investimentos que, em vários casos,

haveriam de representar reestruturação produtiva em diferentes atividades, inclusive com reflexos espaciais.

Questões dessa ordem ou de teor semelhante perpassaram numerosos debates em Santa Catarina, de cunho acadêmico ou não. Nessas oportunidades quase sempre se indagou sobre as possíveis consequências sociais da intensificação da concorrência no mercado interno por conta da liberalização comercial. Pressões por ajustes mais ou menos abrangentes eram tidas como praticamente inevitáveis e com repercussões no plano do emprego, com seus (inquietantes) resultados. Os setores agrícola e agroindustrial ocuparam frequentemente o centro dessas discussões no estado, tendo em vista as condições competitivas de países vizinhos nas correspondentes atividades (Lins, 1994). Muito menos atenção foi dedicada em Santa Catarina ao tema da cooperação nos anos iniciais do Mercosul. Todavia, o assunto não deixou de despertar interesse no plano empresarial. Por exemplo, no período logo após a assinatura do Tratado de Assunção, empresas de pequeno e médio porte atuando no sul do Brasil – entre elas diversas catarinenses – realizaram acordos de cooperação com empresas congêneres argentinas. Atuando em diferentes setores, mas em maior número na produção metalmecânica e de artigos de vestuário, as empresas estabeleceram acordos de, notadamente, representação comercial – representação simples na maioria e cruzada em alguns casos – e complementação produtiva, sendo o aumento e a diversificação do seu mercado (pelo acesso à rede de comercialização dos parceiros) e a realização de economias de escala os principais objetivos contemplados (Lins e Bercovich, 1995).

Iniciativas com esse perfil certamente tiveram importância para as empresas implicadas. Mas não se pode dizer que foram duradouras ou representaram a entronização de prática cooperativa capaz de efetivamente contribuir à promoção do desenvolvimento socioeconômico nos ambientes em que as empresas atuavam. Parecia tratar-se muito mais de ações episódicas, em geral motivadas por circunstâncias e dizendo respeito às individualidades empresariais, ainda que esforços de cunho institucional (por exemplo, no SEBRAE/SC) tenham sido empreendidos objetivando dar maior “espessura” aos procedimentos. Não é, com efeito, sem significado que diagnósticos recentes, elaborados no âmbito da rede Mercocidades, assinalem que lograr sucesso em termos de “integração produtiva” entre localidades permanece como um desafiador objetivo no Mercosul (Geneyro et al., 2010).

Também no tipo de cooperação mais destacado neste artigo – de natureza institucional, implicando particularmente o setor público nos países membros –, os anos 1990

testemunharam ações em Santa Catarina. Talvez a de maior fôlego, pelo menos em relação aos acenos sobre problemas comuns enfrentados, materializou-se em reuniões e encontros de cunho político e técnico envolvendo quadros de governo tanto dos estados do sul do Brasil, acompanhados do Mato Grosso do Sul (integrantes do Conselho de Desenvolvimento da Região Sul – CODESUL), quanto das províncias do nordeste argentino (Comisión Regional de Comercio Exterior del NEA – CRECENEA-Litoral). Um resultado foi o Projeto CRECENEA-CODESUL, com diagnósticos socioeconômicos e acordos (ou esboços nesse sentido) sobre questões pontuais, as de maior destaque vinculando-se a problemas de infraestrutura.

Mas não há registro de desdobramentos diretos dessa experiência. Ao que parece, por trás do referido feixe de iniciativas figurou tão somente uma conjugação de interesses dos governantes (estaduais, provinciais) de turno, sem que uma agenda de cooperação institucional, mirando no desenvolvimento em parte do epicentro da integração, fosse criada e, menos ainda, seguida posteriormente.

Assim, chama a atenção que, duas décadas após a assinatura do Tratado de Assunção, Santa Catarina assista ao surgimento do Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF), criado em abril de 2009 pelos municípios brasileiros de Dionísio Cerqueira, no extremo oeste do estado catarinense, e de Barracão e Bom Jesus do Sul, no sudoeste do Paraná, e pelo município argentino de Bernardo de Irigoyen, em General Manuel Belgrano, um departamento da Provincia de Misiones, no nordeste do país vizinho.

A iniciativa, cujo perfil parece despertar interesse em outros ambientes fronteiriços do Mercosul, começou em meados de 2008, adquirindo contornos finais em menos de um ano. Segundo Debona (2011), os prefeitos lograram convergir no entendimento de que seus municípios formam na prática um único tecido urbano. Por conta disso, seus problemas – de teor igual ou muito semelhante – seriam mais eficientemente enfrentados mediante conjugação de forças, ou seja, de modo cooperativo. Assinale-se que o *continuum* urbano não implica todos os municípios envolvidos, embora caracterize a maioria, a saber, Barracão, Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen, como aparece na Figura 1. A área urbana de Bom Jesus do Sul dista cerca de nove quilômetros da de Barracão, a mais próxima, na direção norte-nordeste.

Somados, esses quatro municípios registravam pouco menos de 40 mil habitantes no começo da década de 2000 (Tabela 2). Os mais populosos eram Dionísio Cerqueira e Bernardo de Irigoyen, com quase 2/3 desse contingente, e o de menor população era Bom Jesus do Sul, que até dezembro de 1995 era um distrito de Barracão. Vale observar

que os três municípios brasileiros apresentaram no ano 2000 Índices de Desenvolvimento Humano (IDH-Municipal) consideravelmente inferiores aos de seus estados, globalmente falando; registre-se que essa informação não pôde ser encontrada para Bernardo de Irigoyen e para a Província de Misiones².

Figura 1 – A aglomeração urbana do Consórcio Intermunicipal de Fronteira (CIF)



Fonte: www.dcq.sdr.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=66&Itemid=154

Pelo menos no lado brasileiro, a área do Consórcio, incluindo os espaços adjacentes, é fortemente caracterizada pela presença do binômio agricultura/agroindústria.

Francisco Beltrão é o principal centro regional do sudoeste paranaense mais próximo dessa área, exibindo funções terciárias (comerciais e em serviços) de apoio às atividades industriais e agropecuárias. Na agropecuária, aquela região mostra numerosos pequenos e médios produtores cuja produção é diversificada e utiliza amplamente a mão de obra familiar. Na indústria, o destaque é o setor alimentício, como prolongamento do pólo agroindustrial centrado no oeste de Santa Catarina e abrigando pequenas cooperativas

² Também não se conseguiu obter para Bernardo de Irigoyen dados de população mais recentes do que para o ano de 2001, o que forçou utilizar para Dionísio Cerqueira, Barracão e Bom Jesus do Sul uma informação mais próxima no tempo ao dado disponível para o primeiro (relativo a 2000). O Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas del Año 2010, do Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC) da Argentina, divulgou até agora somente informações mais agregadas, descendo no máximo, na maioria dos casos, ao nível de província ou departamento (cf. www.censo2010.indec.gov.ar). Em 2010, a Província de Misiones tinha 1.101,6 mil habitantes, e o departamento de General Manuel Belgrano, 42,9 mil. Para comparar, o Censo Demográfico 2010 do Brasil indica uma população residente de 6.226,7 mil em Santa Catarina e de 10.406,3 no Paraná (cf. www.ibge.gov.br).

produtoras de leite, pequenos laticínios e frigoríficos, atividades de esmagamento de oleaginosas e produção de ração (Caracterização..., 2000). A região apresenta baixas e duráveis taxas de crescimento e registra evasão populacional.

Tabela 2 – Consórcio Intermunicipal de Fronteira (CIF): alguns dados dos municípios participantes (início da década de 2000)

Município	População total	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M)
Dionísio Cerqueira (SC/BR) ^a	14.250	0,747
Barracão (SC/BR) ^a	9.271	0,764
Bom Jesus do Sul (SC/BR) ^a	4.154	0,696
Bernardo de Irigoyen (MNES/ARG) ^b	10.889	nd

Fontes: Dionísio Cerqueira, Barracão e Bom Jesus do Sul: Atlas (2003)

Bernardo de Irigoyen: www.indec.mecon.ar/censo2001s2_2/ampliada_index.asp?mode=54

Obs.: ^a dados para 2000

^b dado para 2001

No oeste de Santa Catarina, São Miguel d'Oeste é o centro regional mais próximo da área do Consórcio, com funções de polarização de intensidade média exercidas em território eminentemente agroindustrial. O sistema básico, de perfil histórico no “grande oeste” catarinense, é a produção integrada abrangendo milho, suínos e aves, assentada em estrutura fundiária povoada de numerosas pequenas e médias propriedades gravitando como “integradas” em torno de grandes empresas de expressão nacional e presença no mercado externo.

Nesse contexto regional, Dionísio Cerqueira se diferencia por ter no comércio de importação e exportação uma forte atividade econômica, reflexo da presença de um Porto Seco no município, na fronteira com Bernardo de Irigoyen. Segundo informações do *site* da Associação dos Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (www.ameosc.org.br/conteudo/?item=1779&fa=1773), essa movimentação comercial cresceu com a oficialização do trânsito de mercadorias e pessoas em 1979 e se fortaleceu ainda mais com a instalação do Ponto de Fronteira Alfandegado em 2003. Dispondo de duas aduanas, uma para pedestres e veículos de passeio e outra para caminhões de carga, o Porto Seco é um atributo econômico central do município, certamente repercutindo em todo o território regional (Rede..., 2009).

Conforme já assinalado, processos de integração costumam estimular iniciativas de cooperação em escala territorial envolvendo agentes que em diferentes lados da fronteira atuam coletivamente no enfrentamento de problemas e na promoção do desenvolvimento. O elenco de ações – executadas, em execução ou planejadas – do Consórcio Intermunicipal da Fronteira, divulgado em meados de 2011 (Consórcio...,

2011), é eloquente sobre a ambição da iniciativa. O quadro 1 apresenta algumas ações principais, por área de intervenção e com situação e resultados correspondentes ao período da divulgação (maio de 2011). As informações foram sistematizadas de modo a permitir a elaboração do quadro, o que exigiu seleção e adaptação de enunciados. Alguns comentários ajudam a discernir o conteúdo e a amplitude do que se pretende alcançar no âmbito do Consórcio.

Na área de planejamento do desenvolvimento regional, uma das ações indicadas (e executadas) implicou o lançamento do Programa Líder em julho de 2009. Pertencente ao SEBRAE Nacional, esse programa visa mobilizar, formar e integrar lideranças com vistas ao desenvolvimento regional, marcando presença em estados como Mato Grosso, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A experiência em foco, de lançamento em região fronteira e cobertura também em país vizinho, é inédita no Brasil. Observe-se que esse programa não se limita ao espaço do Consórcio. Alcança os quase quarenta municípios do Projeto de Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina na Região da Faixa de Fronteira com o Extremo Oriente da Argentina (Profronteira), criado em 2005 pelo SEBRAE Nacional mas conduzido pelo SEBRAE/PR. Assinale-se que o Profronteira também abrange municípios da Provincia de Misiones.

Vale notar que a projeção sobre território muito maior de uma iniciativa ligada a um consórcio delimitado espacialmente acena com férteis interações entre a implicada área urbana transfronteiriça e o seu entorno ou *hinterland*. Isso dificultaria, ao menos em princípio, a configuração de um quadro de enclave, nos termos abordados anteriormente.

A ação do Consórcio voltada ao planejamento do desenvolvimento regional resultou em proposta de desenvolvimento intitulada “Caminhos da Fronteira”, que abarca municípios da região fronteira e diz priorizar a sustentabilidade. Os eixos estratégicos incluem educação, turismo, agroecologia e produtos locais, explorados com vistas a uma melhor qualidade de vida na região. Assim, em termos propriamente econômicos, turismo, agricultura e agroindústria destacam-se entre os setores contemplados. Sobre o turismo, deve-se principalmente assinalar que, junto com o mencionado Programa Líder, ocorreu o lançamento do Projeto Parque Turístico Ambiental de Integração (PTAI), cujo início das obras foi anunciado em março de 2011. A inauguração era prevista para meados de 2012, com instalação sustentada por recursos de várias fontes públicas no Brasil e na Argentina, devendo o empreendimento exibir diferentes equipamentos e até um lago originado da revitalização da nascente do rio

Peperiguaçu. Tudo isso representaria um importante estímulo ao turismo na área, com repercussões econômicas e socioculturais.

Quadro 1 – Principais ações executadas, em execução e planejadas do CIF – situação em maio de 2011

Áreas de ação	Situação e resultado
Planejamento do desenvolvimento regional	
Lançar Programa Líder (SEBRAE) e Projeto Parque Turístico Ambiental de Integração	Executada. Resultado: proposta de desenvolv. centrada em educação, turismo, agroecologia e produtos locais.
Saúde	
Fazer projeto de reforma e aumento do Hospital Munic. de Dion. Cerqueira, para atender área do CIF	Em execução. Resultado: atendimento hospitalar integrado na área transfronteiriça do CIF.
Implantar transporte integrado de pacientes	Em execução. Resultado: redução dos custos de transportes e um melhor atendimento.
Previdência Social	
Instalar agência do INSS na tríplice fronteira	Em execução. Resultado: melhoria na fiscalização e no encaminhamento de benefícios.
Turismo	
Criar Parque Turístico Ambiental de Integração	Em execução. Resultado: revitalização do rio Peperiguaçu, promovendo o turismo, o lazer e o intercâmbio sociocultural.
Construir Centro de Atendimento ao Turista	Em execução. Resultado: maior satisfação e mais longa permanência dos turistas.
Construir nova Aduana Integrada de Turismo	Planejada. Resultado: melhoria e maior agilidade no atendimento aos turistas.
Habitação e Urbanismo	
Zerar déficit habitacional e implantar sistema de saneamento básico	Planejada. Resultados: construção de 859 casas populares, preservação ambiental, melhor saúde pública.
Elaborar projeto integrado de reciclagem do lixo	Em execução. Resultados de organização dos catadores, coleta seletiva e melhoria nos custos.
Realizar projeto urbanístico integrado	Planejada. Resultados: melhor aproveitamento das vias, com padronização transfronteiriça.
Educação	
Criar Escola Bilingue de Fronteira	Realizada. Resultado: formação de cidadãos bilíngues e interativos social e culturalmente.
Capacitar e formar professores de forma integrada	Em execução. Resultado em formação e capacit. integrada, com trocas de experiências pedagógicas.
Agricultura	
Fortalecer produção da fruticultura	Em execução. Resultado: fortalecimento da associação e melhoria na cantina dos vitivinicultores.
Fortalecer cadeia produtiva do leite	Em execução. Resultados: fortalecimento da Fábrica do Produtor, em Bom Jesus do Sul, e melhoria da renda dos produtores familiares.
Criar Patrulha Agrícola Conjunta	Realizada. Resultados: redução de custos, aumento na produtividade e qualidade dos serviços.
Infraestrutura para o desenvolvimento econômico	
Definir traçado da Ferrovia da Integração entre Itajaí e Dionísio Cerqueira	Executada. Resultado na forma da necessária definição.
Construção da Ruta 14 entre Bernardo de Irigoyen e San Pedro, em Misiones	Em execução. Resultado: melhoria no transporte rodoviário de cargas.
Construção de nova aduana integrada de cargas	Em execução. Resultado: melhores serviços de aduana.
Segurança pública	
Implantar Programa Nacional de Segurança e Cidadania	Planejada. Resultados em monitoramento da fronteira e maior controle da criminalidade.

Fonte: elaboração do autor com base em Consórcio (2011), com seleção e adaptação

Quanto à agricultura/agroindústria, criou-se patrulha agrícola com recursos dos municípios para compra de caminhões, patrula e retroescavadeira. A operacionalização envolve a disponibilidade, pelas prefeituras, de funcionários cujos serviços são itinerantes e que permanecem temporariamente em cada lugar (Debona, 2011). As ações de fortalecimento da fruticultura e da cadeia do leite continuavam em execução. Objetivando robustecer a segunda, contemplava-se a melhoria da condição de funcionamento da Fábrica do Produtor de Bom Jesus do Sul (FARBOM), integrante de programa do governo paranaense denominado Fábrica do Produtor do Paraná. Outras medidas previstas também deverão de repercutir economicamente, sobretudo as referentes à infraestrutura, seja de transporte (Ruta 14, entre Bernardo de Irigoyen e San Pedro, em Misiones, e a programada Ferrovia da Integração, entre Itajaí e Dionísio Cerqueira) ou de serviços aduaneiros (encontrava-se em elaboração o projeto de uma nova aduana integrada de cargas). Na sua totalidade, essas ações com reflexos econômicos, somadas àquelas nas áreas sociais – saúde, educação (incluindo algumas envolvendo aspectos culturais, não indicadas no quadro 1) –, de habitação e urbanismo e também de segurança, talvez representem um importante e decisivo impulso na socioeconomia local e regional. Oportunidades nos dois lados da fronteira poderão ser criadas, com apropriação pelas populações locais e, possivelmente, por contingentes externos atraídos desde diferentes origens.

5. Considerações finais

O processo de integração no Cone Sul, sinuoso – alternando fases com dinamismos distintos – e marcado por assimetrias e desigualdades – simultaneamente elementos de contexto e reflexos –, oportuniza a cooperação transfronteiriça nas esferas privada e pública. A cooperação pública foi o principal foco de atenção neste artigo, que explorou um ângulo específico dessa prática: cooperação entre estruturas de governo e/ou instituições atuando em escala territorial, envolvendo sobretudo municípios ou cidades. A experiência mais destacada foi a do Consórcio Intermunicipal da Fronteira, entrelaçando quatro municípios fronteiriços – três no Brasil e um na Argentina – com o propósito de equacionar problemas e promover o desenvolvimento. A participação catarinense refere-se a Dionísio Cerqueira, que possui um Porto Seco na fronteira com Bernardo de Irigoyen, município da província argentina de Misiones, e reflete intensamente, por causa disso, a dinâmica do Mercosul. Tal atributo outorga-lhe destaque nas atividades ligadas ao Consórcio, como sugerido no artigo.

Esse Consórcio, ilustração de cooperação internacional na esfera local em área fronteiriça no Mercosul, merece ser acompanhado pelos interessados em integração supranacional e em desenvolvimento na escala territorial. O mesmo vale, em Santa Catarina, para quem estuda a socioeconomia do estado, pois o rol de ações do Consórcio parece promissor para Dionísio Cerqueira e para as regiões mais ou menos próximas. Potencializar os efeitos positivos da iniciativa é tarefa para distintas instituições atuantes no território catarinense. Entre elas, pela localização e a natureza das funções e pelo vigor que costuma marcar os novos empreendimentos, poderá despontar a Universidade Federal da Fronteira Sul, recentemente criada e sediada em Chapecó, com unidades em vários municípios.

Referências

- ARBIX, G. (2002), “Políticas do desperdício e assimetria entre público e privado na indústria automobilística”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 17, núm. 48.
- AZZONI, C. R. e D. A. Ferreira (1997), “Competitividade regional e reconcentração industrial: o futuro das desigualdades regionais no Brasil”, *Revista Econômica do Nordeste*, vol. 28, núm. especial.
- ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil (2003), Brasília, PNUD. Obtido em: www.pnud.org.br/atlas Acesso em: dez 2011.
- BEKERMAN, M. e H. Montagu (2009), “Impacto dos fatores macro e microeconômicos nas relações comerciais. O caso da Argentina e do Brasil”, *Contexto Internacional*, vol. 31, núm. 1, janeiro-abril.
- BOISIER, S. (2004), “Desarrollo territorial y descentralización: el desarrollo en el lugar y en las manos de la gente”, *Revista EURE*, vol. 3, núm. 90.
- CARACTERIZAÇÃO e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul (2000), Brasília, IPEA, IBGE, UNICAMP/IE/NESUR, IPARDES.
- CEPAL (2000a), *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 1999*, Santiago de Chile, CEPAL.
- CEPAL (2000b), *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe – Informe 1999*, Santiago de Chile, CEPAL.
- CEPAL (2010a), *Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe 2009*, Santiago de Chile, CEPAL.
- CEPAL (2010b), *La inversión extranjera em América Latina y el Caribe – Informe 2009*, Santiago de Chile, CEPAL.
- CONSÓRCIO Intermunicipal da Fronteira (2011), *Caderno das Ações Integradas*, Barracão, CIF, maio. Obtido em: www.cifronteira.com.br Acesso em: dez. 2011.
- DEBONA, D. (2011), *Integração regional: quatro cidades e um objetivo*, Diário Catarinense, Florianópolis, 7 de agosto.
- GENEYRO, R., M. Bembi, R. Boulous e A. Sierra (2012), *La integración productiva regional y los gobiernos locales del Mercosur: estudio situacional*, Montevideo, Secretaría Técnica Permanente de Mercociudades. Obtido em: www.inmercociudades.org/web2010/docs/publicaciones/diagnostico_integracion_productiva_I.pdf Acesso em: dez. 2011.

- GIAMBIAGI, F. e R. Markwald (2002), “A estratégia de inserção do Brasil na economia mundial: Mercosul ou *Lonely Runner*?”, Ensaios BNDES, núm. 14, Rio de Janeiro, maio.
- GONÇALVES, R. (2009), “Estratégias de desenvolvimento e integração da América do Sul: divergência e retrocesso”, Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, núm. 25, dezembro.
- INFRAESTRUTURA social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas (2012), Brasília, IPEA. (Livro 6 – Volume 2).
- JAGUARIBE, H. (2000), Intervenção no debate sobre o tema “América do Sul no atual sistema internacional”, in: Seminário sobre a América do Sul: a organização do espaço sul-americano: seu significado político e econômico, vol 2, Brasília, IEPES, IRBr, IPEA, BID.
- KUME, H. e G. Piani (2005), “Mercosul: o dilema entre união aduaneira e área de livre-comércio”, Revista de Economia Política, vol. 25, núm. 4(100), outubro-dezembro.
- LAURELLI, E. e E. Montaña (1994), “Los territorios del Mercado Común del Sur: propuestas y efectos esperados”, Revista Interamericana de Planificación, vol. 27, núm. 106, abril-junho.
- LINS, H. N. (1994), “Mercosul: destaque para a cooperação”, Textos de Economia, vol. 5, núm. 1.
- LINS, H. N. e N. A. Bercovich (1995), “Cooperação envolvendo pequenas e médias empresas industriais no Mercosul”, Ensaios FEE, vol. 16, núm. 1.
- MADOERY, O. (2011), “Política y territorio en Argentina”, Desenvolvimento Regional em Debate, vol. 1, núm. 1, dezembro.
- MOREIRA, M. M. (2008), “Costos comerciales y fundamentos económicos de la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA)”, Integración & Comercio, núm. 28.
- OECD (2005), Building competitive regions: strategies and governance, Paris, OECD.
- POLÍTICAS de integración regional: experiências locais exitosas en el MERCOSUR (2007), Seminario Mercociudades/Mercosur, Tandil (Argentina), 13-14 de setembro. Obtido em: www.dhl.hegoa.ehu.es/ficheros/0000/0468/libro_Experiencias_locales_exitosas_en_Mercosur_2007.pdf Acesso em: dez. 2011.
- PORTO, P. C. de S. (2000), “Economic integration and regional development: the impact of Mercosul in Brazil’s regions”, XXVIII Encontro Nacional de Economia, dezembro, Campinas, ANPEC. Anais.
- RAMÍREZ, J.C., I. Silva e L. M. Cuervo (2007), Economía y territorio en América Latina y el Caribe: desigualdades y políticas, Santiago de Chile, ILPES-CEPAL. (Documento presentado en la XII Conferencia de Ministros y Jefes de Planificación de América Latina y el Caribe, Brasília, junho).
- REDE de avaliação e de capacitação para implementação dos Planos Diretores Participativos: Dionísio Cerqueira (2009), Brasília, Ministério das Cidades; Blumenau, FURB/NEUR, janeiro 2009. Obtido em: www.observatoriodasmetropoles.net/planosdiretores/poduts/sc/SC_Avaliação_PDP_Dionísio_Cerqueira_fev_2010.pdf Acesso em: dez. 2011.
- SOUZA, A. de M. e, I. T. M. Oliveira e S. S. Gonçalves (2010), “Integrando desiguais: assimetrias estruturais e políticas de integração no Mercosul”, Texto para Discussão, núm. 1477, Rio de Janeiro, IPEA, março.
- VÁSQUEZ BARQUERO, A. (2002), Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização, Porto Alegre, Ed. UFRGS/ FEE.